CPRT
COMISSÃO DE POLÍTICA
DE RELAÇÕES TRABALHISTAS

RADAR
TRABALHISTA

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC
Ano 5 – Número 0314 – 31/07 à 04/08/2023

SUMÁRIO

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Notícias do Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *e-Social*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos de Fiscalização*

Destaque da Semana

FGTS Digital - Divulgado cronograma do período de testes

eSocial - 02/08/2023

A data de início dos testes do FGTS Digital foi alterada para o dia 19/08/2023 para evitar impactos no ambiente de produção do eSocial. Além disso, houve uma divisão entre os empregadores para permitir uma entrada por grupos do eSocial. Os empregadores do grupo 1 poderão realizar testes a partir do dia 19/08/2023. Assim, para os integrantes desse grupo, todas as informações transmitidas pelo eSocial a partir dessa data serão compartilhadas com o FGTS Digital.

Os grupos 2, 3 e 4 do eSocial poderão utilizar o sistema a partir de 16/09/2023 (previsão), data em que o eSocial irá compartilhar os eventos recebidos com o FGTS Digital. No entanto, as empresas desses grupos poderão acessar o ambiente do FGTS Digital de forma antecipada para realizar o cadastro básico ou para antecipar o cadastramento de procurações, mas não conseguirão ver os débitos de FGTS declarados no eSocial antes de 16/09/2023.

No ambiente de testes, também conhecido como “Produção Limitada”, o FGTS Digital receberá as bases de cálculo reais transmitidas ao eSocial pelas empresas, permitindo que guias sem valor legal sejam emitidas. Com isso, as empresas poderão comparar o resultado com as guias geradas pelo SEFIP/Conectividade Social, encontrar eventuais divergências e realizar as correções necessárias.

Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

Cassada decisão que reconheceu vínculo de emprego entre escritório e advogada associada

Supremo Tribunal Federal - 04/08/2023

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), cassou decisão do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG) que havia reconhecido o vínculo de emprego de uma advogada com um escritório de advocacia. Segundo o ministro, a decisão desconsiderou a condição de associada da advogada e não observou a jurisprudência do Supremo sobre a matéria. Segundo o ministro Gilmar Mendes, a insistência da Justiça do Trabalho em aplicar a Súmula 331 do TST gera insegurança jurídica e compromete avanços econômicos e sociais.

Cristiano Zanin toma posse como ministro do STF

Supremo Tribunal Federal - 03/08/2023

Em sessão solene realizada na tarde desta quinta-feira (3), Cristiano Zanin tomou posse como ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). A cerimônia foi realizada no Plenário da Corte, com a presença de autoridades da República, convidados e familiares. Com a posse, o Supremo volta a ter a composição completa, com 11 ministros. Cristiano Zanin foi indicado pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e assume a vaga deixada pelo ministro Ricardo Lewandowski, que se aposentou em abril.

Supremo cassa decisão da Justiça do Trabalho que liberou passaporte de devedores

Supremo Tribunal Federal - 31/07/2023

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), cassou decisão que havia determinado a devolução de passaportes de empresários condenados a pagar dí-

vida trabalhista de quase R$ 30 mil. O ministro atendeu o pedido da trabalhadora beneficiária do crédito na Reclamação (RCL) 61122.

Carteiro que sofreu acidente de moto no trabalho receberá indenização

Tribunal Superior do Trabalho - 04/08/2023

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) a pagar R$ 40 mil de indenização a um carteiro motociclista de Magé (RJ) por acidente de trabalho. Segundo o colegiado, trata-se de atividade de risco, acarretando a responsabilidade civil da empregadora sem que a culpa precise ser comprovada.

Presidente do TST lança Política Judiciária Nacional de Trabalho Decente

Tribunal Superior do Trabalho - 02/08/2023

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro Lelio Bentes Corrêa, lançou, nesta quarta-feira (2), a Política Judiciária Nacional de Trabalho Decente. A proposta é uniformizar, racionalizar e automatizar procedimentos e processos necessários ao aprimoramento da Justiça do Trabalho e ampliar o acesso à justiça. O anúncio foi feito no segundo dia do Seminário Trabalho Decente, no TST.

Sindicato de bancários pode mover ação para discutir adicional de transferência

Tribunal Superior do Trabalho - 02/08/2023

O Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Florianópolis e Região, de Santa Catarina, poderá ajuizar ação para cobrar do Bradesco o pagamento de adicional de transferência para seus empregados. A decisão é da Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho, que afastou a tese de que se trata de direito individual de cada empregado e confirmou a legitimidade ampla e irrestrita da entidade.

Nobel da Paz defende globalização da compaixão para promover mudanças sociais

Tribunal Superior do Trabalho - 01/08/2023

“As mãos podem estar vazias, mas o coração está sempre cheio de soluções”. A frase é do ativista indiano Kailash Sathyarthi, vencedor do Prêmio Nobel da Paz em 2014, que abriu, nesta terça-feira (1º), o Seminário Trabalho Decente no Tribunal Superior

do Trabalho. Para Kailash, a chave para as mudanças sociais necessárias para acabar com problemas graves como o trabalho infantil e a escravidão contemporânea está dentro de cada pessoa: é a compaixão. Numa era de globalização econômica, dos mercados, da informação e dos dados, ele defende a globalização da compaixão. “Estou falando de uma compaixão ativa, de uma compaixão em ação”, afirmou.

TST lança nova página de jurisprudência

Tribunal Superior do Trabalho - 01/08/2023

O Tribunal Superior do Trabalho abriu, nesta terça-feira (1º), os trabalhos do segundo semestre com sessão do Órgão Especial. Na abertura, o presidente do TST, ministro Lelio Bentes Corrêa, anunciou o lançamento da nova página de jurisprudência. A ferramenta, além de estruturar os conteúdos de forma sistematizada dos conteúdos, reúne todas as informações relativas ao sistema de precedentes qualificados - decisões que fixam uma tese jurídica sobre determinada matéria a ser aplicada a todos os processos que tratem do mesmo tema.

Notícias do Executivo

Fiscalização do MTE inicia este mês Operativo Nacional de Proteção à Maternidade e Combate ao Assédio no Trabalho

Ministério do Trabalho e Emprego - 03/08/2023

O Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Coordenação Nacional de Combate à Discriminação e Promoção da Igualdade de Oportunidades no Trabalho (CONAIGUALDADE), deu início, neste mês de agosto, ao Operativo Nacional de Proteção à Maternidade e Combate ao Assédio no Trabalho. A iniciativa está alinhada com o mês do Aleitamento Materno, instituído pela Lei nº 13.435/2017, e representa o Agosto Dourado, que simboliza a luta pelo incentivo à amamentação.

1.970 trabalhadores foram vítimas de tráfico de pessoas para trabalho análogo à escravidão em 2022

Ministério do Trabalho e Emprego - 03/08/2023

Em alusão ao 30 de julho, celebrado como o Dia Mundial do Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, o Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Inspeção do Trabalho, mostra os resultados da atualização dos dados referentes aos casos de trabalho análogo à escravidão relacionados ao tráfico de pessoas em 2022, identificando 1.970 pessoas como vítimas.

Previdência Social realiza mutirão para acelerar concessão de benefícios no Rio de Janeiro

Ministério da Previdência Social - 05/08/2023

Para acelerar a concessão de benefícios no estado do Rio de Janeiro, o Ministério da Previdência Social (MPS) promoveu na manhã deste sábado (5), na cidade de Duque

de Caxias, um mutirão integrado que mobilizou peritos médicos e assistentes sociais no atendimento agendado de 210 pessoas. Organizada pelo Departamento de Perícia Médica Federal do MPS em conjunto com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a ação, potencializada pelo Programa de Enfrentamento à Fila da Previdência Social, permitiu a conclusão de etapas necessárias para a liberação de Benefícios de Prestação Continuada (BPC/Loas).

Conselho Nacional de Previdência Social aprova proposta orçamentária do Ministério e INSS para 2024

Ministério da Previdência Social - 03/08/2023

O Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) aprovou, de forma unânime, a resolução sobre as diretrizes atreladas ao Ministério e ao INSS para o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2024. Na reunião híbrida presidida pelo ministro Carlos Lupi, os membros referendaram a estimativa de despesas discricionárias no próximo exercício financeiro, com R$ 195,5 milhões remetidos à pasta federal e R$ 2.4 bilhões à autarquia.

Previdência Social e DPU fortalecem cooperação para agilizar garantia de direitos sem judicialização

Ministério da Previdência Social - 31/07/2023

O Ministério da Previdência Social (MPS) e a Defensoria Pública da União (DPU) fortaleceram a cooperação para agilizar a garantia de direitos sem a necessidade de judicialização. Nesta segunda-feira (31), em Brasília (DF), a proposta foi abordada na reunião entre o ministro Carlos Lupi e o defensor público Igor Roque.

Fundacentro e UFBA celebram acordo para mapear adoecimento ocupacional

Fundacentro - 03/08/2023

A Fundacentro e a Universidade Federal da Bahia celebraram acordo de cooperação técnica para executar o projeto de pesquisa e extensão Caminhos do Trabalho Brasil. O objetivo é mapear o adoecimento ocupacional no país e combater sua ocultação. O lançamento ocorreu em 3 de agosto na Faculdade de Direito da UFBA. Esse mapeamento se baseará no atendimento a trabalhadores vítimas de agravos e na análise de material primário e secundário de fontes públicas e privadas.

Notícias do Ministério Público do Trabalho

MPT-MS assina adesão e firma compromisso pela paridade de gênero

Ministério Público do Trabalho - 04/08/2023

Pela consolidação e ampliação dos direitos da mulher, nesta quinta-feira (3), o Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso do Sul (MPT-MS) tornou-se membro do Fórum Permanente pela Paridade Institucional e Política das Mulheres durante o inédito Congresso Nacional Mulheres pela Paridade, o primeiro do gênero no âmbito estadual e nacional, ocorrido entre os dias 3 e 4 de agosto, no auditório do Bioparque Pantanal.

MPT alerta população sobre importância da denúncia para prevenir acidentes e doenças do trabalho

Ministério Público do Trabalho - 02/08/2023

A data em alusão ao Dia Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho foi celebrada no último dia 27, mas o Ministério Público do Trabalho (MPT) continua alertando a população sobre a importância de denunciar irregularidades relacionadas à Saúde e à Segurança no meio ambiente laboral. Somente no ano passado, cerca de 20% dos acidentes ocorridos em Alagoas teriam sido subnotificados.

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

GO: Em reunião feita pela indústria, Auditora detalha nova Lei 14.611, da igualdade entre homens e mulheres no trabalho

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 02/08/2023

A chefe da Seção de Fiscalização do Trabalho da Superintendência Regional do Trabalho em Goiás (SRT/GO), a Auditora-Fiscal do Trabalho Jacqueline Carrijo, participou nesta terça-feira, 1º de agosto, de reunião promovida pelo Conselho Temático de Relações do Trabalho (CTRT) da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg) sobre a Lei 14.611/23, da igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre homens e mulheres no trabalho. O evento ocorreu na Casa da Indústria, em Goiânia.

À revista Proteção, Auditor defende cumprimento de convenções internacionais pelo país e reativação de política de SST

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 31/07/2023

Reportagem da revista Proteção sobre o 27 de julho, Dia Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho, traz fala do Auditor-Fiscal do Trabalho Franklim Rabelo de Araújo, que defendeu o cumprimento pelo Brasil das Convenções nº 155 (Segurança e Saúde dos Trabalhadores), já ratificada, e nº 187 (Promoção da Saúde e Segurança do Trabalho), mesmo que ainda não tenha sido ratificada. Além disso, ele registrou que o governo brasileiro tem que reativar a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (PNSST).

Notícias do e-Social

Parada do eSocial: manutenção programada para implantação do FGTS Digital

eSocial - 04/08/2023

O eSocial passará por uma parada temporária para manutenção programada no dia 19/08/2023, das 8h às 12h. A parada é necessária para integração com o ambiente de produção limitada (testes) do FGTS Digital. Todos os módulos do eSocial – web (inclusive os módulos simplificados) e web service – serão impactados e ficarão indisponíveis durante o período da parada.

Outras Notícias

Acumular diversas funções no trabalho gera indenização, diz TRT-11

Consultor Jurídico - 06/08/2023

Mesmo tendo iniciado as atividades em outubro de 1999, o trabalhador só teve a carteira assinada pela empregadora em janeiro de 2003. Ele foi contratado como vendedor, mas alegou que, no decorrer do contrato de trabalho, também acumulava funções de motorista, entregador, carregador, office boy, auxiliar de depósito, mecânico e técnico multifuncional.

"Negociado sobre o legislado" pode levar o Brasil ao banco dos réus da OIT

Consultor Jurídico - 06/08/2023

O que ficou conhecido como "negociado sobre o legislado", na forma dos artigos 611-A e 611-B, da CLT, prevê que a negociação coletiva possa derrubar direitos previstos na legislação trabalhista, à exceção daqueles previstos na Constituição. A matéria foi levada ao Comitê de Peritos da OIT, órgão responsável por realizar regularmente a supervisão das normas internacionais do trabalho.

Citação é válida mesmo quando entregue a empregado desconhecido pelos executados

Consultor Jurídico - 05/08/2023

Uma citação é válida mesmo quando entregue a empregado desconhecido pelos executados em um processo trabalhista. O entendimento é da 1ª Câmara do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (SC), em ação na qual foram identificados sinais de que os réus estavam evitando receber citações e intimações judiciais.

Empresa não deve indenizar empregada grávida que não quis retornar ao emprego

Consultor Jurídico - 04/08/2023

O empregador não pode ser responsabilizado por atos de empregada grávida que inviabilizam o cumprimento da sua estabilidade provisória. Com esse entendimento, o Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP) negou, por unanimidade, o pedido de conversão da estabilidade provisória em indenização de uma gestante que não quis voltar ao emprego.

Importância do know your costumer na terceirização de serviços

Consultor Jurídico - 04/08/2023

Torna-se de cabal importância a utilização de conceitos estrangeiros de medidas preventivas e facilitadoras das relações corporativas, como o know your costumer. (conheça seu cliente/parceiro), nos casos de terceirização indireta, ou seja, quando uma empresa, tomadora de serviços, contrata outra empresa prestadora de serviços para realizar determinadas atividades.

Créditos vinculados a obrigações constantes em acordo coletivo de trabalho

Consultor Jurídico - 03/08/2023

Um artigo publicado recentemente nesta ConJur abordou o entendimento da Receita Federal externado por meio da Solução de Consulta da Cosit nº 94, de 28 de abril de 2023, que negou o direito do consulente de creditar na apuração do PIS e da Cofins valores de insumos fornecidos aos funcionários que trabalham no processo produtivo de bens ou na prestação de serviços, decorrentes de obrigações contidas em convenções e/ou acordos coletivos de trabalho.

Pangea: nova ferramenta tecnológica de pesquisa de precedentes

Consultor Jurídico - 03/08/2023

Considerando que os avanços tecnológicos vêm acontecendo em uma velocidade nunca antes vista, novas ferramentas e recursos inovadores têm surgido visando justamente otimizar a melhoria da entrega da prestação jurisdicional, principalmente na Justiça do Trabalho.

TRT-4 suspende decisão que condenou empresa a indenizar acima do pedido

Consultor Jurídico - 02/08/2023

A condenação ao pagamento de parcela não requisitada na petição inicial caracteriza julgamento extra petita e viola os artigos 141 e 492 do Código de Processo Civil, que estabelecem que o juiz vai decidir nos limites propostos pelas partes. Esse foi um dos fundamentos adotados pelo juízo da 2ª Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região para revogar condenação por danos morais em valor superior ao que tinha sido pedido pela reclamante.

Atendente que beijou namorada no trabalho tem justa causa afastada

Migalhas - 04/08/2023

Decisão proferida na 10ª vara do Trabalho de Guarulhos/SP reverteu a dispensa por justa causa de operador de atendimento que beijou a namorada e colega de trabalho durante o expediente. Para o juiz Bruno Acioly, não houve gravidade nem conotação sexual no comportamento.

Empregado chamado de “gordo” e “corno feliz” por chefe será indenizado

Migalhas - 03/08/2023

6ª turma do TRT da 2ª região condenou um grupo econômico, composto pelo Metro Jornal e pela Rádio e Televisão Bandeirantes, a pagar indenização no valor de R$ 12 mil a um trabalhador que foi vítima de “grave assédio moral” pela diretora financeira. O profissional era chamado de “gordo” e foi apelidado de “corno feliz” em razão de um problema pessoal relativo à paternidade da filha.

Por falta de local para amamentar, mãe consegue rescisão indireta

Migalhas - 01/08/2023

Justiça do Trabalho de Minas Gerais garantiu a uma mãe trabalhadora o direito à rescisão indireta do contrato de trabalho por empresa não disponibilizar local adequado para a amamentação da filha. A decisão é dos desembargadores da 1ª turma do TRT da 3ª região, que consideraram que a empregadora desrespeitou o direito à maternidade, à vida e à saúde da criança.

TRT-2: Mulher que perdeu bebê não terá estabilidade gestante

Migalhas - 31/07/2023

Por unanimidade de votos, a 16ª turma do TRT da 2ª região manteve improcedente o pedido de indenização relativo ao alegado período de estabilidade provisória de trabalhadora que teve a gestação interrompida de forma involuntária. O relator do processo, o desembargador Nelson Bueno do Prado pontua no acórdão que o caso não trata de natimorto, uma vez que não houve parto, mas de aborto espontâneo, com cerca de três meses de gestação.

Atos Normativos

INSTRUÇÃO NORMATIVA CRPS/MPS Nº 11, DE 28 DE JULHO DE 2023 (DOU de 31/07/2023 Seção I Pág. 75) - Regulamenta o art. 30, §§ 7º, 7º-B e 7º-C do regimento Interno do CRPS, disciplinando critérios e procedimentos para apuração e pagamento de gratificação por processo relatado e pela prática de atos processuais e determina outras diretrizes;

RESOLUÇÃO Nº 28/CRPS, DE 7 JULHO DE 2023(*) (DOU de 31/07/2023 Seção I Pág. 76) - Ref.: Revisão e atualização do Enunciado nº 10. Ref.: Edição do Enunciado nº 17 sobre Devolução de Valores Pagos Indevidamente ou além do Devido. (*) Republicada por ter saído com incorreções na publicação do DOU nº 142, de 27/07/2023, Seção I, página 63;

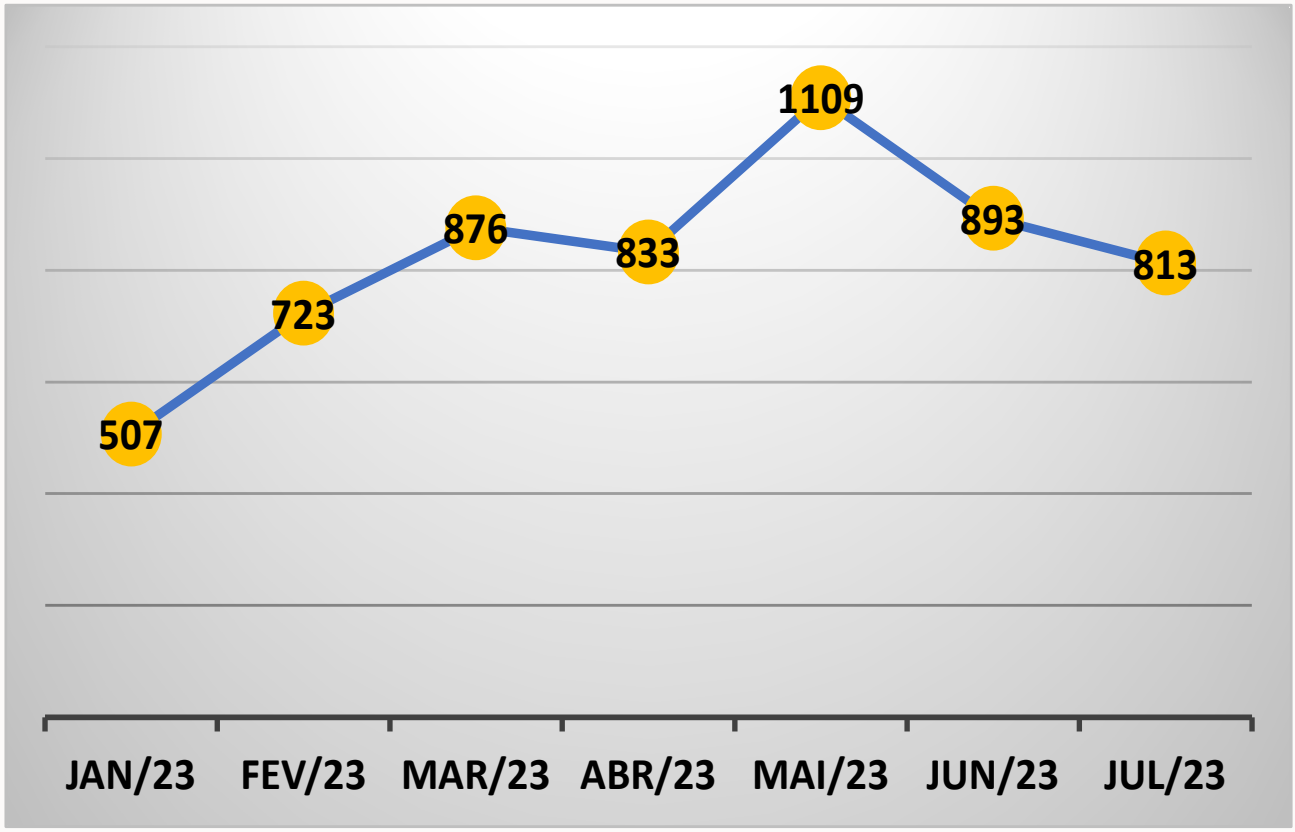
RESOLUÇÃO Nº 28/CRPS, DE 7 JULHO DE 2023(*) (DOU de 02/08/2022 Seção I Pág. 85) - Ref.: Revisão e atualização do Enunciado nº 10 (*)Republicada por ter saído com incorreções na publicação feita no DOU nº 144, de 31/07/2023, Seção I, página 76;

PORTARIA MTE Nº 2968, DE 02 DE AGOSTO DE 2023 (DOU de 03/08/2023 Seção I Pág. 70) - Suspende temporariamente procedimentos de análise e as publicações relativas a processos de registro sindical;

LEI Nº 14.645, DE 2 DE AGOSTO DE 2023 (DOU de 03/08/2023 Seção I Pág. 01) - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a educação profissional e tecnológica e articular a educação profissional técnica de nível médio com programas de aprendizagem profissional, e a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre isenção do cômputo de determinados rendimentos no cálculo da renda familiar per capita para efeitos da concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC);

Dados estatísticos de Fiscalização

Quantidade de Autos de Infração lavrados por descumprimento da Norma Regulamentadora n.º 18 (NR 18) durante a fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no ano de 2023 (jan-jul):



Fonte: Radar SIT - Autuações

EXPEDIENTE

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

Renato de Sousa Correia

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Ricardo Dias Michelon

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Gestora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula